

Comissões geram polêmica com briga por cargos

FOTOS: JULIO ALCANTARA

MARBA FURTADO

O deputado Nelson Jobim (PMDB/RS), que foi relator do anteprojeto de Regimento Interno da Câmara e propôs a composição de sete comissões permanentes na Casa, está preocupado: ele teme que o número excessivo delas inviabilize o exercício do seu poder de decisão atribuído pela Constituição. Mas o deputado Inocêncio Oliveira (PFL/PE), atual relator do substitutivo das normas constitucionais, pensa diferente. Para ele, 16 comissões são a quantidade certa, permitindo uma distribuição equilibrada de parlamentares pelos seus quadros e configurando um quorum médio incapaz de marcar oposição aos 10 por cento da Casa, que têm o direito de entrar com recurso para derrubar uma decisão de comissão.

Um número menor de comissões é defendido pela totalidade dos parlamentares de pequenos partidos, alguns setores do PMDB e do PSDB. O próprio ex-relator, eleito para a presidência da Comissão de Constituição e Justiça, denuncia o interesse de deputados pelos cargos de direção de cada um dos órgãos. Lembra que a Casa, em sua grande parte, quer mais comissões exatamente para ter mais cargos para serem distribuídos. Tanto é que a redução implicou na criação de três vice-presidências para cada comissão, oficialmente para atender aos partidos de pequenas bancadas.

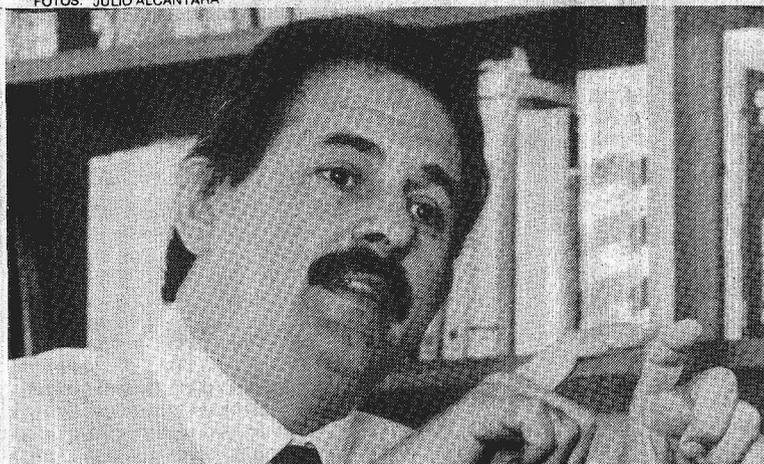
Jobim alerta ainda, para o risco do poder decisório legado pela Constituição "ser meramente formal", porque, com pouca representatividade, as matérias aprovadas ou rejeitadas em comissão vão ser alvo constante de recursos de 10 por cento da Casa, já que o quorum de decisão poderá ser sempre baixo. Inocêncio Oliveira contra-

argumenta alegando que é justamente para que um recurso do plenário, com um mínimo de 50 assinaturas, não tenha representatividade menor que a de uma comissão, que elas precisam ter quorum reduzido.

Bernardo Cabral (PMDB/AM) presidente da Comissão de Relações Exteriores, acha que "havendo boa vontade para trabalhar", este poder será exercido. Antônio Gaspar (PMDB/AM), presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática, tem certeza de que o pleno funcionamento de uma comissão independe da quantidade de órgãos e do quorum.

O argumento de Gaspar, no entanto, confirma os temores de Jobim, à medida que desconsidera a decisão do plenário da comissão, por ser pequeno, e não se importa em defendê-lo maior. Esta questão, vista do lado dos pequenos partidos, toma um aspecto ainda mais parcial. Na contagem da proporcionalidade da composição das comissões, o PMDB e o PFL totalizam 67 por cento do quorum.

O deputado João Herrmann (PSB/SP), líder de seu partido, reivindicou veementemente, no dia da instalação dos órgãos, uma redistribuição dos parlamentares, alertando que as duas legendas majoritárias na Câmara podem aprovar ou rejeitar todo projeto que tramitar pela Casa. Seu pedido foi apoiado por PT, PDT, PDC, PC do B, PSDB. O quadro, no entanto, não mudará. O máximo que os líderes devem acertar, porque são obrigados pelo Regimento Interno, é a participação de todos os deputados nos trabalhos de comissão, com direito a voz e voto. Na composição definida até a semana passada, 39 deputados estavam excluídos deste dever regimental.



Jobim (E) teme que o excesso de comissões desvirtue a reforma, mas Inocêncio (D) defende o sistema adotado